



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Da Sra. Creuza Pereira)

Requer a realização de reunião de audiência pública para debater a educação de jovens e adultos – EJA.

Senhor presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater acerca da Educação de Jovens e Adultos, com a presença dos convidados relacionados a seguir:

- 1 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – SECADI/MEC – Sra. Ivana de Siqueira
- 2 - Diretor de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação
- 3 - Coordenador da Educação para Jovens e Adultos (EJA) da Organização Não-Governamental Ação Educativa – Sr. Roberto Catelli Junior
- 4 - Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED
- 5 - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.
- 6 – GTPA - Fórum EJA do DF – Professora Maria Luiza Pinho Pereira (Unb)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

O Brasil ainda possui uma imensa dívida social na área de educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem o propósito de desenvolver o ensino básico àqueles que não estão mais em idade escolar.

Dada a sua importância, a EJA deveria ser uma política pública prioritária em todas as esferas governamentais. Entretanto, não é isso que acontece.

Segundo a Unesco, o Brasil é o oitavo país com o maior número de analfabetos no mundo, sendo o primeiro na América Latina.

De acordo com o educador Roberto Catteli Jr., em artigo publicado pela revista Época em 23/06/2016:

No Brasil, em 2014, 13 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos, de acordo com a PNAD (pesquisa nacional por amostra de domicílios). Além disso, 43% dos jovens com 19 anos não tinham concluído o ensino médio.

Em 2015 o INAF (indicador de alfabetismo funcional) mostrou que 27% da população brasileira poderia ser considerada analfabeta funcional, o que significa que quase um terço da população brasileira tem muita dificuldade em fazer uso da leitura, da escrita e da matemática em suas práticas sociais.

Na tentativa de mudar esse cenário foi criado em 2003 o programa Brasil Alfabetizado, que tinha por objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil. Em 11 anos de funcionamento, 13 milhões de pessoas passaram pelo programa, mas o número de analfabetos reduziu apenas de 16,3 milhões para 13 milhões.

Em 2014 o Brasil mantinha cerca de 3,5 milhões de matrículas nas redes públicas de ensino de todo o país na modalidade de educação de jovens e adultos. Isso significa uma baixíssima adesão às escolas de jovens e adultos, levando em conta a enorme demanda potencial. **Menos de 5% daqueles que não concluíram a educação básica estão frequentando uma escola.**

Segundo o educador, isso ocorre por várias razões: grande parte das escolas segue currículos similares aos das escolas para crianças e adolescentes, afastando jovens e adultos que não se identificam com tais programas escolares. Além disso, as escolas contam com longas jornadas, com cinco dias por semana de aulas e em horários impraticáveis para quem vive em cidades com problemas no sistema de transporte e longas jornadas de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há também o desinteresse da maior parte das secretarias de educação, principalmente nos Estados, em investir na modalidade. A educação de jovens e adultos tem sido preterida, e um dos argumentos é que basta investir na educação de crianças e jovens para que não mais seja necessário investir na educação de jovens e adultos no futuro.

Entretanto, apesar de mais de 95% das crianças ingressarem na escola, no final do ensino fundamental elas começam a abandonar a escola. É gerado um processo de inclusão que leva a um novo processo de exclusão que se explica não só pelas deficiências do próprio sistema de ensino, mas também pelos problemas sociais que envolvem esses sujeitos, que em sua maioria estão entre os mais pobres do país.

Esse problema exige soluções que estão definidas no Plano Nacional de Educação – PNE, com as seguintes metas:

- 8) equalização dos anos de estudo da população entre 15 e 29 anos
- 9) universalização da alfabetização e redução do analfabetismo funcional
- 10) articulação da EJA com a educação profissional.

Essa audiência pública visa discutir sobre a situação da educação de jovens e adultos no Brasil e sobre os preocupantes índices de analfabetismo absoluto e funcional de nosso país, buscando melhorar o prognóstico dessa modalidade de educação.

Sala das Comissões , de setembro de 2016.

**Creuza Pereira
Deputada Federal – PSB/PE**